

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 4º trimestre de 2023

Cataguases, 12 de março de 2024 - A Administração da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Rio”, “EMR” ou “Companhia”) apresenta os resultados quarto trimestre (4T23) e do exercício de 2023. As informações financeiras trimestrais intermediárias a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1 Considerações gerais

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(**) Não considera pequenas áreas onde a Cia atende apenas alguns clientes e não o município como um todo, como é o caso do distrito de Barra de São Francisco - MG, Colônia Teixeira Brandão - MG, Vila Joãozinho -MG (7 clientes), Senador Côrtes - MG e Cachoeira de Santa Cruz - MG.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Varição
Subestações – nº	61	61	-
Capacidade instalada nas subestações – MVA	1.452	1.442	10
Linhas de transmissão – km	1.190	1.183	7
Redes de distribuição – km	30.233	29.947	286
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	71.875	70.813	1.062
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	1.529	1.472	57

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2 Desempenho econômico-financeiro

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	355,1	298,6	+ 18,9	1.301,9	1.004,3	+ 29,6
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	292,6	260,0	+ 12,5	1.089,4	890,9	+ 22,3
Margem bruta	122,9	89,8	+ 36,8	424,7	317,3	+ 33,8
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	121,8	88,5	+ 37,7	420,4	313,3	+ 34,2
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	76,6	34,1	+ 124,3	241,1	164,5	+ 46,5
Resultado financeiro	(17,8)	(17,7)	+ 0,8	(71,2)	(55,1)	+ 29,2
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	36,7	4,7	+ 677,4	81,8	47,1	+ 73,6
Indicadores Operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	602,6	595,8	+ 1,1	602,6	595,8	+ 1,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	378,6	365,0	+ 3,7	1.431,1	1.445,0	- 1,0
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	506,1	479,1	+ 5,6	1.924,0	1.894,4	+ 1,6
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	21,6	11,4	+ 10,1 p.p.	18,5	16,4	+ 2,1 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	31/12/2023		31/12/2022		Var. %	
Ativo Total	1.877,0		1.680,5		+ 11,7	
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras	215,7		193,0		+ 11,7	
Patrimônio líquido	366,9		340,6		+ 7,7	
Endividamento líquido	728,7		559,3		+ 30,3	

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3 Receita operacional

No 4T23, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 12,5% (R\$ 32,6 milhões) totalizando R\$ 292,6 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada, em pequena parte, pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 1,1 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T23, foi de R\$ 291,5 milhões, 12,6% (R\$ 32,7 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	356,4	275,8	+ 29,2	1.303,1	1.063,1	+ 22,6
✓ Residencial	194,4	145,0	+ 34,1	696,3	545,7	+ 27,6
✓ Industrial	24,5	20,9	+ 17,4	93,6	80,9	+ 15,8
✓ Comercial	63,7	50,8	+ 25,4	233,7	190,0	+ 23,0
✓ Rural	34,0	28,6	+ 19,1	133,2	130,0	+ 2,5
✓ Outras classes	39,8	30,6	+ 29,9	146,3	116,6	+ 25,4
(+) Suprimento de energia elétrica	0,5	3,7	- 87,4	11,8	15,2	- 22,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	14,9	(5,6)	-	17,5	(2,4)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	44,2	36,8	+ 20,3	172,4	129,9	+ 32,7
(+) Receita de construção de infraestrutura	62,5	38,6	+ 61,9	212,5	113,4	+ 87,4
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(1,9)	25,1	-	11,9	54,2	- 78,1
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	26,0	19,5	+ 33,2	108,2	83,3	+ 30,0
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,1	1,2	- 11,6	4,2	3,6	+ 19,3
(+) Outras receitas	6,7	5,4	+ 24,1	24,5	18,6	+ 31,3
(=) Receita operacional bruta	510,3	400,5	+ 27,4	1.866,0	1.478,9	+ 26,2
(-) Impostos sobre vendas	108,8	59,9	+ 81,6	385,2	322,0	+ 19,6
(-) Encargos setoriais	46,4	41,9	+ 10,6	178,8	152,5	+ 17,2
(=) Receita operacional líquida	355,1	298,6	+ 18,9	1.301,9	1.004,3	+ 29,6
(-) Receita de construção de infraestrutura	62,5	38,6	+ 61,9	212,5	113,4	+ 87,4
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	292,6	260,0	+ 12,5	1.089,4	890,9	+ 22,3

3.1 Margem bruta

No 4T23, a margem bruta consolidada alcançou R\$ 122,9 milhões, 36,8% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada pelo VNR atingiu R\$ 121,8 milhões, crescimento de 37,5% em relação ao 4T22.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	355,1	298,6	+ 18,9	1.301,9	1.004,3	+ 29,6
(-) Custo de construção de infraestrutura	62,5	38,6	+ 61,9	212,5	113,4	+ 87,4
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	292,6	260,0	+ 12,5	1.089,4	890,9	+ 22,3
(-) Custos e despesas não controláveis	169,7	170,2	- 0,3	664,8	573,6	+ 15,9
Energia elétrica comprada para revenda	124,6	134,0	- 7,0	490,5	455,8	+ 7,6
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	45,1	36,3	+ 24,4	174,3	117,8	+ 47,9
(=) Margem bruta	122,9	89,8	+ 36,8	424,7	317,3	+ 33,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,1	1,2	- 11,6	4,2	3,6	+ 19,3
(=) Margem bruta ajustada	121,8	88,6	+ 37,5	420,4	313,8	+ 34,0

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, o crescimento de 29,2% (R\$ 80,0 milhões) é atribuído principalmente a dois fatores: (a) crescimento de 5,6% no mercado quando comparado com o mesmo trimestre de 2022; (b) impacto do processo tarifário de 2023, no qual o reajuste médio das tarifas foi de + 4,0%;

- (ii) Os ativos e passivos setoriais registraram uma redução de R\$ 27,0 milhões neste trimestre devido (i) Em 2023, o PLD médio negociado foi de R\$ 77,58/MWh, o que comparado ao ano anterior, gera um financeiro menor uma vez que o PLD médio em 2022 de R\$ 55,70/MWh, e (ii) em função do cenário de escassez hídrica em 2022, o custo de energia superior a cobertura tarifária foi homologado nas tarifas e transferido para a amortização. Em 2023, com a mudança do cenário climático e mercado crescente, os custos se mantêm mais equilibrados levando a uma formação de financeiro menor. Assim, as distribuidoras amortizaram um financeiro maior e tiveram uma formação de itens financeiros (CVA) negativa.

3.2 Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 506,1 GWh, avanço de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando a maior taxa para o 4T em 14 anos.

O mercado da distribuidora foi influenciado, principalmente pelas classes residencial, industrial e comercial. A classe residencial cresceu 8,5% (16,6 GWh), registrando a maior taxa para o 4T em 3 anos, motivada principalmente pelo clima mais quente que no 4T22, com temperaturas acima de 40°C. Já a classe industrial teve incremento de 4,2% (5,4 GWh), com destaque para fabricação de papel e têxtil. A classe comercial registrou aumento de 6,2% (4,5 GWh) também influência pelo clima. Grandes varejistas do setor de alimentos e centros de distribuição.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Residencial	211,3	194,6	+ 8,5	779,6	751,6	+ 3,7
Industrial	132,1	126,8	+ 4,2	519,9	506,4	+ 2,7
Cativo Industrial	19,7	23,7	- 17,0	79,1	98,3	- 19,5
Livre Industrial	112,4	103,1	+ 9,1	440,8	408,1	+ 8,0
Comercial	76,1	71,6	+ 6,2	282,9	281,0	+ 0,7
Cativo Comercial	62,7	62,4	+ 0,5	237,0	247,1	- 4,1
Livre Comercial	13,4	9,2	+ 45,1	45,9	33,9	+ 35,4
Rural	33,5	34,9	- 4,2	138,8	153,5	- 9,6
Cativo Rural	33,5	34,9	- 4,2	138,8	153,5	- 9,6
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	53,2	51,1	+ 4,1	202,8	201,9	+ 0,4
Cativo Outros	51,6	49,3	+ 4,6	196,6	194,4	+ 1,1
Livre Outros	1,6	1,8	- 10,7	6,3	7,5	- 16,2
1 Vendas de energia no mercado cativo	378,6	365,0	+ 3,7	1.431,1	1.445,0	- 1,0
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	127,5	114,1	+ 11,7	492,9	449,4	+ 9,7
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	506,1	479,1	+ 5,6	1.924,0	1.894,4	+ 1,6
4 Fornecimento não faturado	14,4	-4,0	-	20,0	-5,9	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	520,5	475,1	+ 9,6	1.944,1	1.888,5	+ 2,9

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou esse trimestre com 602.622 unidades consumidoras cativas, número 1,1% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 174 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.3 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o ano com indicador de perdas totais em 8,33%, apresentando aumento de 0,48 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia segue abaixo do referencial regulatório.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	
8,71	8,23	8,38	-0,86	0,00	-0,05	7,85	8,23	8,33	9,96 

3.4 Gestão da inadimplência

3.4.1 Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p.p.
0,32	-1,16	1,48

A EMR tem o resultado influenciado pelo FIDC realizado em Out/22, que apresentou uma redução na PECLD na ordem de R\$ 21,6 MM. Se retiramos este efeito, o resultado da EMR no 4T23 seria melhor em 0,01 p.p..

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa “Desenrola Brasil” que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 238,4 mil na PPECLD no trimestre.

3.4.2 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
98,42 	98,60 	-0,18 

O aumento do consumo decorrente da onda calor (El Niño), observado a partir do final do 3T23, acarretou um efeito transitório no indicador, pois elevou o faturamento (denominador) e o saldo em aberto (numerador) nos vencimentos de curto prazo, onde as ações de cobrança ainda não são realizadas na sua plenitude.

3.5 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

No trimestre a Companhia registrou incremento de 0,24 horas no DEC de 0,10 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	var. (%)	dez/23	dez/22	var. (%)		
7,99	7,75	+ 3,1	4,10	4,00	+ 2,5	10,37	7,21 ●

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

3.6 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
72,3	64,7	+ 11,7	278,2	253,2	+ 9,9

Trimestre			Exercício		Var. %
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
26,0	19,5	+ 33,2	108,2	83,0	+ 30,0

4 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 230,1 milhões no 4T23, redução de 0,6% quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	169,7	170,2	- 0,3	664,8	573,6	+ 15,9
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	124,6	134,0	- 7,0	490,5	455,8	+ 7,6
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	45,1	36,3	+ 24,4	174,3	117,8	+ 47,9
2 Custos e despesas controláveis	46,7	31,6	+ 47,7	177,4	127,6	+ 39,1
2.1 PMSO	46,1	47,2	- 2,3	171,2	138,7	+ 23,5
2.1.1 Pessoal e administradores e benefício pós-emprego	20,2	21,6	- 6,5	70,1	59,2	+ 18,4
2.1.2 Material	3,7	3,0	+ 23,4	14,2	11,1	+ 27,6
2.1.3 Serviços de terceiros	18,8	18,1	+ 3,6	74,2	56,7	+ 30,9
2.1.4 Outras	3,5	4,5	- 22,4	12,7	11,6	+ 9,3
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,0	0,1	- 65,7	0,5	0,4	+ 44,9
✓ Outros	3,5	4,4	- 21,0	12,2	11,3	+ 8,1
2.2 Provisões/Reversões	0,5	(15,6)	-	6,2	(11,1)	-

2.2.1 Contingências	0,3	2,2	- 84,2	1,5	2,2	- 29,1
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	0,2	(17,8)	-	4,7	(13,3)	-
3 Demais receitas/despesas	13,7	29,6	- 53,7	59,1	62,4	- 5,2
3.1 Amortização e depreciação	15,1	12,9	+ 17,3	57,2	44,8	+ 27,9
3.2 Outras receitas/despesas	(1,4)	16,7	-	1,9	17,6	- 89,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	230,1	231,5	- 0,6	901,3	763,5	+ 18,0
Custo de construção de infraestrutura ^(*)	62,5	38,6	+ 61,9	212,5	113,4	+ 87,4
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	292,6	270,1	+ 8,4	1.113,8	876,9	+ 27,0

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 20,2 milhões, redução de 6,5% (R\$ 1,4 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado conforme abaixo:

- (i) - R\$ 1,2 milhões na rubrica do programa de participação no resultado.

✓ Despesas com materiais

No 4T23, as despesas com materiais atingiram R\$ 3,7 milhões, aumento de 23,4% (R\$ 0,7 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 0,4 milhão de despesas a maior com peças e acessórios para manutenção da frota;
- (ii) + R\$ 0,3 milhão referente às despesas com materiais de segurança (EPI/ EPC).

✓ Despesas com serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 18,8 milhões, aumento de 3,6% (R\$ 0,6 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, referente a:

- (i) + R\$ 0,5 milhão de serviços com manutenção e conservação da rede elétrica;

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 3,5 milhões, redução de 22,4% (R\$ 1,0 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, referente a:

- (i) - R\$ 1,0 milhão com despesas para organização de Leilão CCEE;

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

PPECLD de R\$ 4,7 milhões, representando um aumento de R\$ 17,9 milhões no ano. Para maiores detalhes, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

5 Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 37,4 milhões, crescimento de 283,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 36,7 milhões, R\$ 32,0 milhões (+ 677,4%) acima do registrado no 4T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	37,4	9,7	+ 283,7	27,7	84,6	52,3	+ 61,8	32,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	0,7	1,0	- 33,0	(0,3)	2,8	2,8	- 1,3	(0,0)
(=) Lucro líquido ajustado	36,7	8,7	+ 321,6	28,0	81,8	49,5	+ 65,4	32,4
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(1,6)	-	1,6	-	-	-	-
(-) FIDC	-	2,3	-	-	-	2,3	-	-
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	36,7	4,7	+ 677,4	32,0	81,8	47,1	+ 73,6	34,7

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram reapresentados em 2023, resultando na sua eliminação.

O EBITDA totalizou R\$ 77,6 milhões no trimestre, crescimento de 87,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 76,6 milhões, R\$ 42,4 milhões (+ 124,3%) maior que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	77,6	41,5	+ 87,2	36,2	245,4	172,1	+ 42,5	73,2
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,1	1,3	- 20,3	(0,3)	4,2	4,0	+ 4,8	0,2
(=) EBITDA ajustado	76,6	40,1	+ 90,7	36,4	241,1	168,1	+ 43,4	73,0
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(2,5)	-	2,5	-	-	-	-
(-) FIDC	-	3,6	-	-	-	3,6	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	76,6	34,1	+ 124,3	42,4	241,1	164,5	+ 46,5	76,6

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram reapresentados em 2023, resultando na sua eliminação.

6 Estrutura de capital

6.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 223,9 milhões em dezembro, frente R\$ 165,5 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montantes positivos de R\$ 8,2 milhões em setembro, contra R\$ 13,8 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 728,7 milhões, contra R\$ 689,9 milhões em setembro de 2023 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado foi reduzido para 2,8x.

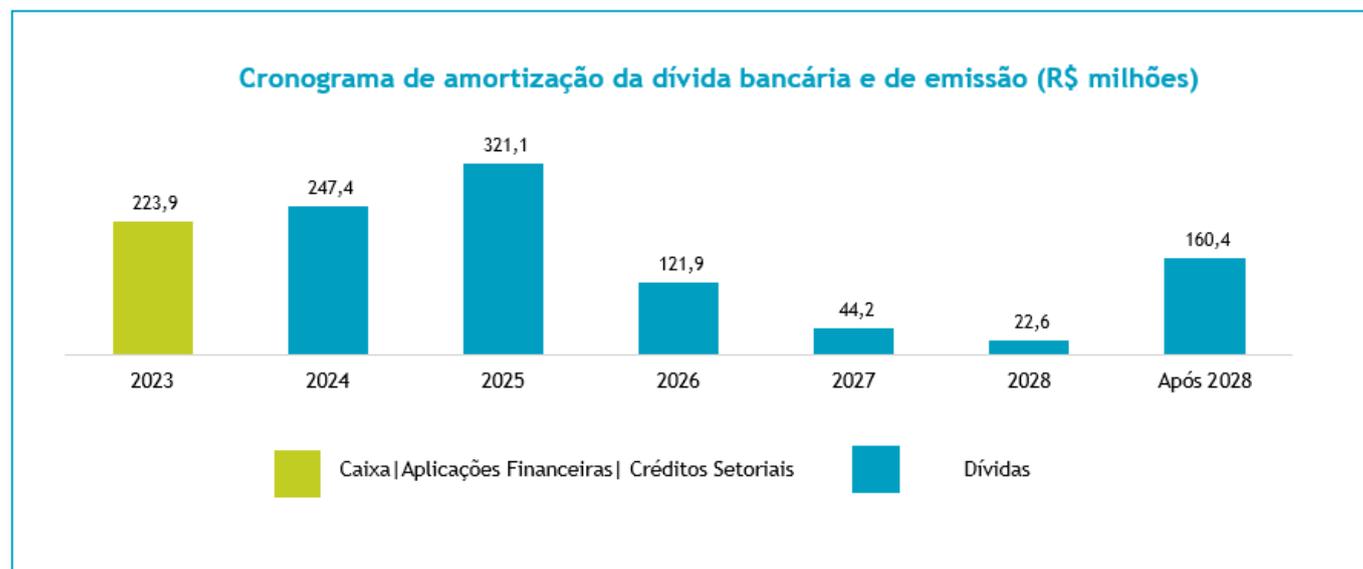
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	266,8	271,5	270,9
Empréstimos e financiamentos	164,8	168,2	158,8
Debêntures	74,0	74,2	71,8
Encargos de dívidas	8,6	8,7	8,8
Benefícios pós-emprego	3,5	1,4	1,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	15,9	18,8	30,1
Não Circulante	685,8	583,9	603,1
Empréstimos e financiamentos	380,4	384,8	380,6
Debêntures	289,8	198,7	223,4
Benefícios pós-emprego	21,7	9,6	9,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(6,0)	(9,2)	(10,1)
Total das dívidas	952,6	855,3	874,0
(-) Disponibilidades financeiras	215,7	151,7	206,2
✓ Caixa e equivalentes de caixa	41,8	24,1	109,1
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	173,9	127,6	97,1
Total das dívidas líquidas	736,9	703,7	667,8
(-) Créditos CDE	10,9	13,3	19,6
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(2,8)	0,5	45,0
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	728,7	689,9	603,2
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses ⁽²⁾	2,8	3,1	2,9

⁽¹⁾ Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | ⁽²⁾ EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7 Investimentos

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	57,8	39,5	+ 46,3	216,6	135,6	+ 59,7
Obrigações Especiais (*)	1,3	1,2	+ 6,6	6,1	5,6	+ 9,0
Ativo não Elétrico	4,8	4,6	+ 5,0	15,4	14,3	+ 7,8
Total dos Investimentos	63,8	45,3	+ 41,0	238,1	155,5	+ 53,1

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Nota: No dia 30/11/2022 a empresa ENF - Energisa Nova Friburgo foi incorporada pela empresa EMG - Energisa Minas Gerais, que agora se chama EMR - Energisa Minas Rio, para os dados de 2022 estamos considerando a soma dos resultados das duas empresas.

8 Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

A Energisa Minas Rio conta com um total de 1.223 colaboradores, divididos entre 986 empregados diretos e 237 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade dos seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

9 Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Minas Gerais destinou cerca de R\$ 2,1 milhões para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 2,7 milhões no ano de 2023.

Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Nesse sentido, a Companhia mantém espaços culturais nos estados de Minas Gerais (Cataguases e Leopoldina), Rio de Janeiro (Nova Friburgo) que atuam no fomento das atividades culturais locais para a população que vivem em sua concessão.

A Energisa Minas Rio trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, orientada por uma política corporativa e gestão com base na norma ISO 14001, dentre as quais merecem destaque.

Licenciamento e gerenciamento ambiental de empreendimentos e atividades, atendendo e acompanhando todos os requisitos legais e normas aplicáveis. Elaboração de processos de licenciamento de novas LDATs e SEs, processos de renovação de licenciamento, solicitação de autorização para intervenções ambientais necessárias à execução da atividade de utilidade pública, licenciamento de motosserras, poços semiartesianos, entre outros.

Redes protegidas e isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.

Para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata ou área de preservação permanente, a empresa sempre estuda alternativas locais para desvio e apresenta aos órgãos ambientais os estudos necessários ao licenciamento/autorizações além das eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, para obter-se um diagnóstico favorável à sua execução. Para impactos mínimos necessários, são realizadas as devidas compensações, sempre promovendo plantio, recuperação de nascentes e cercamento de áreas para a promoção de regeneração natural.

Gestão e monitoramento dos processos erosivos nas áreas administrativas da empresa, nas faixas de servidão e de segurança das linhas e redes de distribuição. Elaboração de relatório detalhado com proposição de medidas corretivas e preventivas para garantir a recuperação das áreas e segurança da comunidade.

Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com os requisitos legais pertinentes. Todo o descarte de resíduos classe I é feito através de empresa especializada, devidamente licenciada junto ao órgão ambiental competente, com a devida emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR. A companhia possui implantada a coleta seletiva em suas unidades para separação e descarte dos resíduos classe II, realiza ainda logística reversa de materiais, tratamento de esgoto sanitário da sede, possui caixas separadoras de água e óleo nas subestações de energia e Kits de emergência para vazamento de óleo e produtos químicos nas unidades.

Atuação junto ao poder público municipal e estadual, para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e busca tecnologias inovadoras para melhoria da qualidade dos serviços de poda executados por suas equipes. Para a realização de limpezas de faixa e manutenção em extensões de redes e linhas a empresa faz uso de autorizações de supressão e poda com apresentação de informações trimestrais e anuais detalhadas aos órgãos licenciadores.

São realizados treinamentos para execução de procedimentos adequados para poda de árvores em todas as unidades, incluindo corpo técnico e terceirizado. São repassadas também orientações gerais sobre meio ambiente, incluindo cuidados em áreas protegidas, áreas de preservação permanente, gestão correta de resíduos, preservação de recursos naturais, legislação ambiental e compromissos com o meio ambiente.

A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.

Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e da divulgação interna. Através do Nossa Energia, juntamente com o Programa de Eficiência Energética, desenvolve ações nas comunidades para o consumo consciente e redução de consumo de energia, além de troca de equipamentos pouco eficientes por outros que promovam a redução de consumo.

Contratação de fornecedores: A Companhia contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida.

A Energisa Minas Rio realiza ações para redução da emissão de gases, possui política de renovação da frota, regra de velocidade máxima nos veículos, manutenção periódica, transporte solidário através do controle de viagens e procura utilizar o biocombustível. No ano de 2022 o Grupo realizou a segunda publicação de inventário de Gases de Efeito Estufa na plataforma de Registro de Emissões Públicas, sendo auditado e acreditado com o Selo Ouro.

10 Eventos subsequentes

10.1 Dividendos do exercício de 2023

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$ 38,9 milhões, equivalentes a R\$ 36,77153423747 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 1º de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

10.2 Empréstimos contratados

Em 29 de janeiro de 2024, a Companhia captou junto ao Bank of América Merrill Lynch Banco Múltiplo S/A a importância de R\$ 100,0 milhões, correspondente a USD 20.243 dólares americanos, com remuneração de 5,34% ao ano, com vencimento em 29 de janeiro de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,58% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1 Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	41.806	22.371
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado	5.2	173.876	170.642
Consumidores e concessionárias	6	189.551	161.041
Estoques		4.030	4.049
Tributos a recuperar	7	121.916	60.714
Instrumentos financeiros derivativos	30	15.191	1.682
Ativos financeiros setoriais	9	17.108	16.473
Outros créditos	10	57.800	51.110
Total do circulante		621.278	488.082
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	6	51.288	44.743
Tributos a recuperar	7	205.793	281.136
Instrumentos financeiros derivativos	30	9.147	26.818
Cauções e depósitos vinculados	23.1	5.633	4.731
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	117.276	85.689
Ativos financeiros setoriais	9	4.081	26.174
Outros créditos	10	5.888	7.069
		399.106	476.360
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	74.705	21.813
Investimentos		1.695	1.896
Imobilizado	15	14.502	14.927
Intangível	16	765.744	677.466
Total do não circulante		1.255.752	1.192.462
Total do ativo		1.877.030	1.680.544

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

2 Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	114.593	107.296
Encargos de dívidas	18	8.588	8.822
Empréstimos e financiamentos	18	164.756	50.945
Debêntures	19	74.008	105.775
Impostos e contribuições sociais	20	35.042	16.033
Encargos setoriais	22	15.500	16.254
Obrigações estimadas		8.586	9.240
Passivos financeiros setoriais	9	22.480	3.202
Instrumentos financeiros derivativos	30	31.096	28.043
Contribuição de iluminação pública		3.996	4.744
Benefícios pós-emprego	31	3.506	1.444
Arrendamentos operacionais		112	389
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	21	24.212	-
Outras contas a pagar		14.458	19.829
Total do circulante		520.933	372.016
Não circulante			
Fornecedores	17	2.899	2.405
Empréstimos e financiamentos	18	380.392	363.568
Debêntures	19	289.750	262.406
Impostos e contribuições sociais	20	35.157	30.904
Instrumentos financeiros derivativos	30	3.162	948
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23.1	2.501	2.875
Créditos tributários	12	7.177	8.784
Encargos setoriais	22	7.473	5.629
Benefícios pós-emprego	31	21.663	8.474
Passivos financeiros setoriais	9	1.466	1.247
Arrendamentos operacionais		1.091	1.216
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	21	235.660	278.451
Outras contas a pagar		758	989
Total do não circulante		989.149	967.896
Patrimônio líquido			
Capital social	24.1	312.022	312.022
Reservas de capital	24.2	9.532	9.260
Reservas de lucros	24.3	15.324	11.092
Dividendos adicionais propostos	24.4	38.932	7.705
Outros resultados abrangentes	24.5	(8.862)	553
Total do patrimônio líquido		366.948	340.632
Total do passivo e patrimônio líquido		1.877.030	1.680.544

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

3 Demonstração do resultado

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	25	1.301.927	1.004.284
Custo do serviço de energia elétrica	26	(664.772)	(573.626)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(364.262)	(216.373)
Lucro bruto		272.893	214.285
Despesas gerais e administrativas	26	(82.898)	(69.289)
Outras receitas	27	7.969	2.669
Outras despesas	27	(9.850)	(20.270)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		188.114	127.395
Receitas financeiras	28	80.008	54.064
Despesas financeiras	28	(151.195)	(109.146)
Despesas financeiras líquidas		(71.187)	(55.082)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		116.927	72.313
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(29.052)	(22.953)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(3.243)	2.959
Lucro líquido do exercício		84.632	52.319
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	35	79,92	60,91

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

4 Demonstração do resultado abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		84.632	52.319
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado:		-	-
Outros resultados abrangentes	24.5	(9.415)	867
Total de outros resultados abrangentes do exercício		75.217	53.186

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de Capital		Reserva de Lucros	Dividendos adicional proposto	Lucros (prejuízos acumulados)	Outros resultados abrangentes	Total
		Reservas de capital	Subvenção de investimentos	Legal				
Saldos em 01 de janeiro de 2022	228.428	1.008	7.921	20.952	3.533	(12.476)	(314)	249.052
Realização de reservas	24.5	-	-	(12.476)	-	12.476	-	-
Pagamentos dividendos adicionais	-	-	-	-	(3.533)	-	-	(3.533)
Aumento de capital por incorporação conf. AGE 30/11/2022	24.5	83.594	-	-	-	-	-	83.594
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	331	-	-	-	-	331
Lucro líquido do exercício	24.3	-	-	-	-	52.319	-	52.319
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	24.4	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	24.4	-	-	2.616	-	(2.616)	-	-
Dividendos	24.4	-	-	-	-	(41.998)	-	(41.998)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	7.705	(7.705)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	24.5	-	-	-	-	-	1.314	1.314
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos sobre ganho e perda atuarial - pós emprego	24.5	-	-	-	-	-	(447)	(447)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	312.022	1.339	7.921	11.092	7.705	-	553	340.632
Pagamentos dividendos adicionais	24.5	-	-	-	(7.705)	-	-	(7.705)
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	272	-	-	-	-	272
Lucro líquido do exercício	24.5	-	-	-	-	84.632	-	84.632
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	24.3	-	-	4.232	-	(4.232)	-	-
Dividendos	24.4	-	-	-	-	(21.612)	-	(21.612)
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	24.4	-	-	-	-	(19.856)	-	(19.856)
Dividendos adicionais propostos	24.4	-	-	-	38.932	(38.932)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	-	(14.265)	(14.265)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	24.5	-	-	-	-	-	(14.265)	(14.265)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - pós emprego	24.5	-	-	-	-	-	4.850	4.850
Saldos em 31 de dezembro de 2023	312.022	1.611	7.921	15.324	38.932	-	(8.862)	366.948

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6 Demonstração do valor adicionado

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	25	1.653.501	1.365.499
Outras receitas	27	7.969	2.669
Receitas relativas a construção de ativos próprios	25 e 28	216.496	114.790
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	(4.685)	13.263
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		(730.664)	(630.291)
Materiais e serviços de terceiros		(90.507)	(69.719)
Outros custos operacionais		(232.718)	(144.301)
		(1.053.889)	(844.311)
Valor adicionado bruto		819.392	651.910
Amortização e depreciação	26	(57.241)	(44.752)
Valor adicionado líquido		762.151	607.158
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	28	83.910	56.701
Valor adicionado total a distribuir		846.061	663.859
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		38.549	33.832
Benefícios		15.134	12.389
FGTS		3.419	2.942
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		110.391	80.523
Estaduais		257.907	217.525
Municipais		1.200	787
Obrigações intrassetoriais		178.809	152.546
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	28	155.213	110.582
Aluguéis		807	414
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio	24.4	19.856	-
Reserva Legal	24.3	4.232	2.616
Dividendos adicionais propostos	24.4	38.932	7.705
Dividendos	24.4	21.612	41.998
Lucro (Prejuízos) acumulados		-	-
		846.061	663.859

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

7 Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	35	84.632	52.319
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	32.295	19.994
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		20.503	27.007
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(4.242)	(3.555)
Depreciação e amortização	26	57.241	44.752
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	4.685	(13.263)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	1.526	2.082
Marcação a mercado da dívida	28	8.969	(6.799)
Marcação a mercado de derivativos	28	(12.470)	6.732
Instrumentos financeiros derivativos	28	57.063	33.584
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	27	(120)	350
Programa de remuneração variável - ILP		272	469
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição concessionárias		(39.303)	28.555
Diminuição (aumento) de estoques		19	(1.064)
(Aumento) de tributos a recuperar		(11.642)	(1.030)
(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados		(902)	916
Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC	11	-	637
(Aumento) diminuição de outros créditos		(7.971)	6.613
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		1.128	(17.717)
Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais		80.223	(9.470)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.103)	(33.257)
(Diminuição) aumento de obrigações estimadas		(654)	512
Aumento de encargos setoriais		3.017	3.590
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(1.808)	(2.427)
Variação dos ativos e passivos setoriais		4.462	(10.273)
(Diminuição) de outras contas a pagar		(6.304)	(12.817)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		243.516	116.440
Atividades de investimentos			
Caixa, equivalente de caixa adquirido no agrupamento das concessões		-	2.987
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		15.079	(3.793)
Aplicações no intangível, Imobilizado e ativo contratual - Infraestrutura em construção	14, 15 e 16	(221.251)	(117.587)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14, 15 e 16	5.418	2.974
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(200.754)	(115.419)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	281.732	158.983
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(148.236)	(40.298)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(71.924)	(36.395)
Pagamento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(34.640)	(22.692)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(1.086)	(476)
Pagamentos de dividendos	24.4	(29.317)	(51.507)
Pagamento juros sobre capital proprio	24.4	(19.856)	
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de financiamentos		(23.327)	7.615
Variação líquida do caixa		19.435	8.636
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5.1	22.371	13.735
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5.1	41.806	22.371
Variação líquida do caixa		19.435	8.636

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8 Balanço social

ENERGISA MINAS RIO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	1.301.927			1.004.284		
Resultado operacional (RO)	116.927			72.313		
Folha de pagamento bruta (FPB)	65.471			55.385		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	10.838	16,55%	0,83%	9.403	16,98%	0,94%
Encargos sociais compulsórios	9.298	14,20%	0,71%	7.224	13,04%	0,72%
Previdência privada	1.777	2,71%	0,14%	1.277	2,31%	0,13%
Saúde	1.768	2,70%	0,14%	1.955	3,53%	0,19%
Segurança e saúde no trabalho	1.308	2,00%	0,10%	2.598	4,69%	0,26%
Educação	202	0,31%	0,02%	166	0,30%	0,02%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	745	1,14%	0,06%	486	0,88%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	554	0,85%	0,04%	588	1,06%	0,06%
Participação nos lucros ou resultados	272	0,42%	0,02%	8.125	14,67%	0,81%
Outros	4.433	6,77%	0,34%	1.456	2,63%	0,14%
Total - Indicadores sociais internos	31.195	47,65%	2,40%	33.278	60,09%	3,32%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	349	0,30%	0,03%	144	0,20%	0,01%
Cultura	1.403	1,20%	0,11%	1.554	2,15%	0,15%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	29	0,04%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	398	0,34%	0,03%	360	0,50%	0,04%
Total das contribuições para a sociedade	2.150	1,84%	0,17%	2.087	2,89%	0,20%
Tributos (excluídos encargos sociais)	539.690	461,56%	41,45%	443.969	613,95%	44,21%
Total - Indicadores sociais externos	541.840	463,40%	41,62%	446.056	616,84%	44,41%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	67.807	57,99%	5,21%	59.715	82,58%	5,95%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	3.640	3,11%	0,28%	3.989	5,52%	0,40%
Total dos investimentos em meio ambiente	71.447	61,10%	5,49%	63.704	88,10%	6,35%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023	2022				
Nº de empregados(as) ao final do período	986	1.001				
Nº de admissões durante o período	94	81				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	237	230				
Nº de estagiários(as)	15	27				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	156	190				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	195	210				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	36,40%	87,25				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	234	209				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,10%	11,80%				
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	38	42				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023	Metas 2024				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	56,09	56,09				
Número total de acidentes de trabalho	1	1				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 230.927	no Procon 77	na Justiça 784	na empresa 230.927	no Procon 75	na Justiça 606
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 29%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 34%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023:	846.061		Em 2022:	663.859	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	65% governo	7% colaboradores(as)		68% governo	7% colaboradores(as)	
	7%acionistas	18 % terceiros	3% retido	7%acionistas	17 % terceiros	0% retido
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	2.731			2.942		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	649			258		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	3.380			3.200		

Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A.) (“Companhia” ou “EMR”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 17 de dezembro de 1969. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A e possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais. Sua área de concessão abrange 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 2 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 602.794 consumidores.

1.1. Agrupamento de áreas de concessão

Em 13 de setembro de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.177, autorizou o agrupamento das áreas de concessão previstas nos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 040/1999-ANEEL da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. e nº 042/1999-ANEEL da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.

Para tanto em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 foi aprovado: (i) incorporação pela Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A da empresa Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.; (ii) alteração da razão social da Companhia, que passará, a partir da presente data, a ser denominada como Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A.; e (iii) em decorrência das incorporações do acervo líquido positivo da ENF, aumento de capital na Companhia no valor total de R\$83.593, mediante a emissão de 240.160 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, a serem subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.

A ANEEL, através do Despacho nº 637/2023, de 8 de março de 2023, considerou atendida a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 12.177, de 13 de setembro de 2022 e determinou que a Incorporadora, Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A., nova razão social da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., deve assinar o sexto aditivo ao contrato de concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 040/1999-ANEEL e nº 042/1999-ANEEL em até 60 dias, 15 de maio de 2023, contados da publicação do referido Despacho, que ocorreu em 13 de março de 2023.

Em 14 de maio de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU, o Extrato do Termo Aditivo, 6º Termo Aditivo do contrato de concessão da EMR, formalizando o agrupamento das áreas de concessão da ENF e EMG, atualmente denominada EMR.

A operação tem por finalidade, o atendimento da regulamentação vigente, obtenção de sinergia para melhorar os serviços prestados aos clientes por meio da integração dos sistemas utilizados e está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária do Grupo Energisa, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira, conferindo maior eficiência gerencial e organizacional às áreas de concessão.

O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Descrição	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	2.987
Aplicações financeiras	35.928
Consumidores e concessionárias	36.621
Tributos a recuperar	67.943
Ativos financeiros setoriais	8.011
Cauções e depósitos vinculados	1.189
Ativo financeiro indenizável da concessão	12.459

Descrição	Valor
Instrumentos financeiros derivativos	3.679
Outros créditos	7.839
Investimentos	81
Imobilizado	3.724
Intangível	113.663
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	3.129
Fornecedores	19.680
Benefícios pós-emprego	1.054
Dividendos a pagar	5.976
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	56.703
Debêntures	53.978
Impostos e contribuições sociais	5.835
Impostos diferidos	1.000
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	54.467
Passivos financeiros setoriais	542
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	325
Instrumentos financeiros derivativos	3.540
Encargos setoriais	3.442
Outras contas a pagar	8.172
Acervo líquido	83.593

Os saldos de valores a receber e a pagar entre empresas foram eliminados no processo de incorporação.

1.2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015. A Companhia assinou o 6º Termo Aditivo do contrato de concessão da EMR, formalizando o agrupamento das áreas de concessão da ENF e EMG, atualmente denominada EMR.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil limitado ao novo prazo de concessão.

Para data base 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu seus indicadores.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 25, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório;
- VIII. Nota explicativa nº 26 - Custos e despesas operacionais;
- IX. Nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 31 - Benefícios pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e operações de *hedge*

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período, e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 30.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de créditos esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de créditos esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da

transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de fornecimento de energia elétrica a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “*Swap*”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “*hedge*”

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da operação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 30, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde ao contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público, que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente, mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados, até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e

melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos, ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação, os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão, ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;
- h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;

- j. Arrendamentos** - os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- *Intangível direito de uso*: são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito

de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento*: são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados nas obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis**: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso**: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas, que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;
- n. Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;
- o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- p. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

- s. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes, de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes, é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

As receitas com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido, somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, bem como outros descontos tarifários;

- t. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei nº 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and leaseback</i> ”	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos, frequentemente, pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 2 no Estado do Rio de Janeiro e a sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída por operações de caixa.

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	41.806	22.371
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	41.806	22.371

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, operações compromissadas, CDBs, dentre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 98,4% do CDI (102,4% do CDI em 2022).

	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	4	1.074
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	3.009	3.167
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	669	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.056	3.334
Compromissadas	13.862	3.664
Fundo Multimercado	58	3.099
Fundo de Renda Fixa	132.360	127.254
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	5.582	7.722
Letra Financeira (LFNP)	-	538
Letra Financeira (LF)	14.433	11.689
Nota de Crédito (NC)	209	-
Letra Financeira (LFS)	60	-
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LTN)	-	249
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	2.522	8.506
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	52	346
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾	173.876	170.642

⁽¹⁾ Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercados e são remunerados de -25,5% a 104,4% (31,4% a 109,3% em 2022) do CDI e média ponderada -2,4% (5,2% em 2022) do CDI;

(2) Inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundo de Renda Fixa, LFT, LFNP, LF, NC, LFS, LTN, NTNB e NTNFS são remuneradas a 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 101,6% (102,9% em 31 de dezembro de 2022 do CDI Fundo BB Energisa, 85,1% (101,2% em 31 de dezembro de 2022) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 98,6% (102,6% em 31 de dezembro de 2022) do CDI no Fundo Zona da Mata, (98,1% em 31 de dezembro de 2022) do CDI Fundo Cataguases;

(3) Inclui R\$568 (R\$1.712 em 2022) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, caixa CTZ FID e conselho do consumidor, como segue:

	2023	2022
Bloqueios judiciais	18	16
Caixa CTZ FID	-	1.071
Conselho do consumidor	550	625
Total	568	1.712

6. Consumidores e concessionárias

Englobam o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldo a vencer		Saldo vencidos				PPECLD ⁽¹⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2023	2022
Residencial	39.403	-	20.760	1.443	18	172	(1.915)	59.881	50.677
Industrial	9.628	-	1.398	61	106	655	(622)	11.226	9.705
Comercial	14.431	-	3.079	214	158	159	(305)	17.736	15.688
Rural	8.763	-	3.667	409	482	684	(201)	13.804	11.496
Poder público	4.407	-	255	1	5	9	(2)	4.675	3.173
Iluminação pública	4.427	-	6	-	-	-	-	4.433	4.131
Serviço público	4.416	-	94	-	-	-	(1)	4.509	3.717
Fornecimento não faturado	67.543	-	-	-	-	-	(312)	67.231	50.024
(-)Arrecadação em processo de classificação	(2.687)	-	-	-	-	-	-	(2.687)	(901)
Valores renegociados:									
Residencial	971	1.437	629	268	222	1.165	(2.077)	2.615	3.073
Industrial	706	713	31	8	12	1.654	(1.672)	1.452	1.691
Comercial	869	2.373	538	42	61	218	(413)	3.688	2.610
Rural	175	462	105	34	43	131	(227)	723	542
Poder público	12	1.658	-	-	-	-	(1)	1.669	1.887
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Serviço público	121	181	1	-	-	-	-	303	13
(-)Ajuste a Valor Presente ⁽²⁾	(56)	(1.735)	-	-	-	-	-	(1.791)	(2.216)
Subtotal - Consumidores	153.129	5.089	30.563	2.480	1.107	4.847	(7.748)	189.467	155.332
Suprimento de energia ⁽³⁾	2.318	-	-	-	-	6.576	(163)	8.731	9.359
Outros ⁽⁴⁾	254	-	-	-	-	42.641	(254)	42.641	41.093
Total	155.701	5.089	30.563	2.480	1.107	54.064	(8.165)	240.839	205.784
Circulante								189.551	161.041
Não circulante								51.288	44.743

(1) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PPECLD) - a provisão é constituída com base na perda esperada utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração.

Segue a variação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	8.421	10.434
Saldo empresa incorporada	-	1.334
Provisões/(Reversões) constituídas no exercício ⁽¹⁾	4.685	(13.263)
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(4.494)	9.916
Saldo em 2023 e 2022	8.612	8.421
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	8.165	7.974
Outros créditos - créditos a receber de terceiros (Nota Explicativa nº 10)	447	447

⁽¹⁾ O total das provisões de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício de R\$4.685 (R\$13.263 reversão em 2022) considera reversão R\$822 (R\$17.182 em de 2022) oriundos das operações do FIDC.

⁽²⁾ Calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

⁽³⁾ Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	2023	2022
Créditos a vencer	2.318	2.946
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 ^(a)	6.576	6.576
Subtotal créditos CCEE ^(b)	8.894	9.522
(-) Aquisições de energia na CCEE ⁽¹⁾	(1.980)	(1.976)
(-) Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽¹⁾	(1.578)	(75)
Total créditos (débitos) CCEE	5.336	7.471

⁽¹⁾ Nota explicativa nº 17.

^(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE) incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

^(b) Sobre o montante de R\$8.894 (R\$9.522 em 2022) a Companhia constituiu a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) no valor de R\$163 (R\$163 em 2022).

⁽⁴⁾ Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$34.087 (R\$27.685 em 2022), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres suspenso por liminares, em contrapartida, tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	23.124	17.345
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	30.973	23.151
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.238	7.698
Contribuições ao PIS e à COFINS	10.211	10.181
Efeitos da redução do ICMS na Base de Cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	252.549	282.833
Outros	614	642
Total	327.709	341.850
Circulante	121.916	60.714
Não circulante	205.793	281.136

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021, o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da

base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$252.549 (R\$282.833 em 2022). Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$28.772 (R\$19.411 em 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. As compensações realizadas no exercício foram de R\$59.056.

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 20 de junho de 2023, através da Resolução Homologatória nº 3.210, o reajuste tarifário da Energisa Minas Rio foi aprovado pela ANEEL, e entrou em vigor a partir de 22 de junho de 2023.

O impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da EMR, em Minas Gerais, foi um aumento de 4,05%; já em Nova Friburgo o impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi uma redução de -2,31%.

8.2. Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

8.3. Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira de Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/kWh	R\$/kWh REH nº 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/kWh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/kWh REH nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,50
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

- (1) A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;
- (2) A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica de novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;
- (3) A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2023	2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Escassez Hídrica /Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios

Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, sendo os montantes involuntários estabelecidos como segue:

- 2016 e 2017: Despacho nº 2.168/2022;
- 2018: Despacho nº 4.395/2023.

Os resultados relativos à 2016-2018 estão sendo reconhecidos nos últimos eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2023) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Foram contabilizados no exercício de 2023 um montante positivo de R\$ 3, relativos majoritariamente ao resultado do ano, além de R\$ 343 de atualização financeira negativa de períodos anteriores.

Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação. Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas

9. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados para Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida na receita operacional.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros regulatórios serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

	2023			2022		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	12.595	4.513	17.108	10.252	6.221	16.473
Não Circulante	-	4.081	4.081	-	26.174	26.174
	12.595	8.594	21.189	10.252	32.395	42.647
Passivos Financeiros Setoriais						
Circulante	20.858	1.622	22.480	1.824	1.378	3.202
Não Circulante	-	1.466	1.466	-	1.247	1.247
	20.858	3.088	23.946	1.824	2.625	4.449
Saldo líquido dos ativos e passivos	(8.263)	5.506	(2.757)	8.428	29.770	38.198

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	14.540	(18.503)	1.043	(118)	-	-	-	(3.038)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	5.712	6.026	(5.362)	549	-	-	-	6.925
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.135	(2.022)	(1.031)	(81)	-	-	-	(999)
Encargo de serviços de sistema ESS	(503)	13.333	(3.374)	525	-	(2.733)	-	7.248
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.539	(2.138)	(7.547)	208	-	-	-	1.062
Transporte de energia elétrica - Itaipu	581	3.634	(531)	305	-	-	-	3.989
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	(1)	1	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	4.270	(2.596)	(2.027)	108	-	-	-	(245)
Sobrecontratação de energia	36.761	36.412	(27.703)	4.609	-	(11.109)	-	38.970
Devoluções Tarifárias ⁽¹⁾	(4.449)	(5.314)	4.448	(147)	-	-	-	(5.462)
CUSD	353	1.759	(1.322)	(12)	-	-	-	778
Exposição de submercados	328	(36)	(331)	(4)	-	-	-	(43)
Garantias financeiras	434	401	(382)	27	-	-	-	480
Saldo a compensar	3.059	(14)	(2.578)	-	-	-	-	467
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(35.561)	(27.555)	55.162	4.216	(46.678)	-	(2.473)	(52.889)
Saldo líquido dos ativos e passivos	38.198	3.388	8.465	10.185	(46.678)	(13.842)	(2.473)	(2.757)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/ Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldo de Incorporação	Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾		
Itens da Parcela A									
Energia elétrica comprada para revenda	(24.573)	5.913	25.037	2.725	-	(303)	-	5.741	14.540
Transporte de energia elétrica - Rede básica	7.339	4.121	(6.248)	500	-	-	-	-	5.712
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	972	3.561	(3.041)	121	-	-	-	522	2.135
Encargo de serviços de sistema ESS	51.223	(49.281)	(16.133)	205	-	13.483	-	-	(503)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.710)	18.343	(7.286)	507	-	-	-	2.685	10.539
Transporte de energia elétrica - Itaipu	280	457	(152)	(4)	-	-	-	-	581
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	-	2	-	-	-	-	-	(3)	(1)
Componentes financeiros									
Neutralidade da Parcela A	(290)	1.190	2.005	261	-	-	-	1.104	4.270
Sobrecontratação de energia	(10.644)	49.490	1.195	1.188	-	(4.468)	-	-	36.761
Devoluções Tarifárias ⁽¹⁾	(3.429)	(3.730)	3.442	(190)	-	-	-	(542)	(4.449)
CUSD	(2.117)	843	1.528	(49)	-	-	-	148	353
Exposição de submercados	2.348	(21)	(2.032)	33	-	-	-	-	328
Garantias financeiras	354	370	(313)	23	-	-	-	-	434
Saldo a compensar	1.620	2.964	(1.704)	(18)	-	-	-	197	3.059
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(3.427)	9.330	14.321	59	(1.700)	-	(51.761)	(2.383)	(35.561)
Saldo líquido dos ativos e passivos	15.946	43.552	10.619	5.361	(1.700)	8.712	(51.761)	7.469	38.198

⁽¹⁾ **Devoluções Tarifárias** - referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da distribuidora;

⁽²⁾ **Bandeiras Tarifárias CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL;

Os valores recebidos pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no exercício de 2023, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de 13.845 e repassados R\$ 3 (R\$8.712 em 2022);

⁽³⁾ **Outros itens financeiros** - considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras de energia elétrica. Os principais itens que compõe o saldo são como segue:

Repasso dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em 1 de setembro de 2022, a Companhia recebeu R\$22.189 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021.

Empréstimo Conta Escassez Hídrica - REN n° 1.008/2022 - a ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022;

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da Conta de Escassez Hídrica no valor máximo de R\$8.591, dos quais R\$2.798 correspondem ao custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$5.793 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE – refere-se a valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, conforme Despacho ANEEL nº 1.120 de 24 de abril de 2023. O montante recebido em 2023 foi de R\$2.473 (R\$20.981 em 2022).

Créditos de PIS e COFINS - conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício.

Valores reconhecidos nos processos tarifários		
2023	2022	
RTA	RTA	RTE
44.360	9.278	-

10. Outros créditos

	2023	2022
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	6.930	6.669
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	4.002	4.740
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	179	179
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	9.646	8.671
Outras ordens em curso	4.005	1.570
Adiantamentos a empregados	2.383	2.504
Adiantamentos a fornecedores	231	397
Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽³⁾	15.679	12.007
Despesas pagas antecipadamente	4.636	3.125
Fundos patronais dos planos previdenciários	6.919	8.103
Outros ⁽⁴⁾	9.078	10.214
Total	63.688	58.179
Circulante	57.800	51.110
Não circulante	5.888	7.069

⁽¹⁾ **Subvenção - Baixa Renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2023 com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após revisão da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	6.669	6.056
Saldo empresa incorporada	-	731
Subvenção - Baixa Renda	41.773	32.287
Repassado pela CCEE	(41.512)	(32.405)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	6.930	6.669

⁽²⁾ **Subvenção CDE - Descontos Tarifários** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	4.740	9.876
Saldo empresa incorporada	-	980
Subsídios ^(*)	66.449	50.978
Repassado pela CCEE	(67.187)	(57.094)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	4.002	4.740

(*) A partir do processo tarifário de 2023 passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE;

(3) **Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de postes e venda de sucatas;

(4) **Outros** - inclui R\$6.032 referente a CUSD AMPLA, e R\$3.046 (R\$8.520 em 2022) referente a compartilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	EPB	Distribuição de energia
• Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	ESE	Distribuição de energia
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	Distribuição de energia
• Energisa Soluções S/A	ESOL	Serviços
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda	ECOM	Comercialização de energia
• Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque solar
• Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque Solar
• Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
• Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviços
• Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
• Energisa Biogás S/A	EBG	Holding
• Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	Holding
• Energisa Participações Nordeste S/A	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPN) possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:		
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power Holding de Energia S/A	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica de Comercialização de Energia	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A	QMRA	Holding
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia

	Sigla	Ramo de atividade
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A	ETE IX	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia X S/A	ETE X	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda	REENERGISA I	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	REENERGISA II	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	REENERGISA III	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	REENERGISA IV	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	REENERGISA VI	Geração distribuída fotovoltaica
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLOWSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural

Transações efetuadas durante os exercícios pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)/ projetos	Compartilhamento	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (despesa)	Comissão aval e debêntures (despesa financeira) ⁽¹⁾	Outros resultados - receita ⁽²⁾	Saldo a pagar/receber	Saldo a pagar debêntures e aval
ESA ^(1, 3 e 6)	(23.504)	(1.806)	-	(18.262)	-	(3.186)	(161.565)
MULTI ⁽⁴⁾	(3.218)	-	-	-	-	(611)	-
ESOL ⁽⁵⁾	(27.265)	-	-	-	-	(4.936)	-
ESE ⁽⁶⁾	-	1.244	-	-	-	193	-
ECOM ⁽⁶⁾	-	(56)	-	-	-	(8)	-
EPB ⁽⁶⁾	-	(166)	-	-	-	1	-
ETO ⁽⁶⁾	-	4.778	-	-	-	518	-
EMT ⁽⁶⁾	-	10.726	-	-	-	1.165	-
EMS ⁽⁶⁾	-	3.673	-	-	-	407	-
ESS ⁽⁶⁾	-	1.757	-	-	-	190	-
EAC ⁽⁶⁾	-	1.056	-	-	-	113	-
ERO ⁽⁶⁾	-	2.662	-	-	-	279	-
EGO I ^(6 e 7)	-	81	(39)	-	-	11	-
EPA I ^(6 e 7)	-	102	(36)	-	-	14	-
EPA II ^(6 e 7)	-	52	(28)	-	-	7	-
ETT ^(6 e 7)	-	14	(55)	-	-	2	-

	Serviços contratados (despesas)/ projetos	Compartilhamento	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (despesa)	Comissão aval e debêntures (despesa financeira) ⁽¹⁾	Outros resultados - receita ⁽²⁾	Saldo a pagar/receber	Saldo a pagar debêntures e aval
EAM ^(6 e 7)	-	2	(6)	-	-	-	-
EPTE ⁽⁷⁾	-	-	(2)	-	-	-	-
LMTE ⁽⁷⁾	-	-	(110)	-	-	-	-
LXTE ⁽⁷⁾	-	-	(127)	-	-	-	-
LTTE ⁽⁷⁾	-	-	(43)	-	-	-	-
ESEA ⁽⁸⁾	(193)	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimentos FIDC ⁽²⁾	-	-	-	-	32	-	-
	2023	(54.180)	24.119	(446)	(18.262)	32	(5.841)
	2022	(35.371)	42.958	(260)	(16.486)	637	1.840
							(161.565)
							(67.514)

⁽¹⁾ A Companhia efetuou a 2ª, 8ª, 9ª, 13ª e 15ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2023 o valor atualizado é de R\$161.005 (R\$67.066 em 2022);

Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora Energisa S/A para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 monta em R\$560 (R\$448 em 2022).

⁽²⁾ Refere-se ao montante recebido do Fundo de Investimentos - FIDC por conta da cessão dos créditos realizados no exercício, vide nota explicativa nº 27;

⁽³⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$36.852, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (*Business Intelligence*); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (*Business Intelligence*); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

⁽⁴⁾ Refere-se à prestação de serviços especializados em Call Center, firmado em 28 de março de 2022 com vencimento em 27 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 806, em 24 de março de 2022;

⁽⁵⁾ Refere-se a contratação de: (i) Serviços de Automação - o contrato de prestação de serviços de manutenção em ativos de automação, proteção e controle de subestações (SE's), linhas de distribuição de média tensão (LDMT's) e linhas de distribuição de alta tensão (LDAT's), no valor total de R\$1.600, correspondente ao período de 6 meses; (ii) Serviços de Manutenção em Subestações (SE's) e linhas de distribuição de alta tensão (LDAT's) no valor total de R\$4.761, correspondente ao período de 6 meses; e, (iii) prestação de serviços de manutenção em equipamentos elétricos e de transformadores de potência em oficina no valor total de R\$1.093, correspondente ao período de 6 meses. Os contratos foram firmados em 28 de março de 2022 com vencimento em 27 de setembro de 2022. As operações refletem as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 704, em 17 de março de 2022;

Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027.

⁽⁶⁾ **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022;

⁽⁷⁾ Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato com vencimento em 2025;

⁽⁸⁾ Serviços aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração Anual ⁽¹⁾	4.081	3.774
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	336	382
Remuneração da Diretoria	1.719	1.243
Outros Benefícios ⁽²⁾	1.576	1.343

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023, foi aprovado na AGO/E de 27 de abril de 2023;

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas em 2023, foram de R\$74 e R\$3 (R\$71 e R\$3 em 2022), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 2023 foi de R\$17 (R\$17 em 2022).

Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo: (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (*Units*), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (*Units*) em andamento: (i) 4º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2025 (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Performance Shares* é associado as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Restricted Shares (Matching)* é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *Units* (ENGI11) e, após o período de *vesting*, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas *Units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *Units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *Unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *Unit*.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa ⁽¹⁾	3º programa ⁽¹⁾	4º programa	5º programa	6º programa Restricted Shares Matching	6º programa Performance Shares
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	9.150	10.276	16.399	25.052	10.920	10.920
Data de aprovação do Conselho de Administração	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data de início <i>vesting</i>	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Opções de ações prescritas	-	3.029	4.134	7.900	N/A	N/A
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-
Taxa de juros livre de risco	7,7%	5,260%	7,880%	12,550%	N/A	N/A
Volatilidade ⁽²⁾	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90	R\$48,40	R\$48,40
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *Units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, cujo montante foi de R\$436 representativo de 9.906 *Units*, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário;

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return - TSR* foram calculadas com base nos valores históricos de 1 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2023.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*Units*).

No exercício findo em 2023, foram contabilizados R\$272 (R\$469 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações (*Units*) na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2023 foi de R\$1.611 (R\$1.339 em 2022).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	12.957	11.645
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	4.664	3.271
Total	17.621	14.916
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	(18.234)	(17.426)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(6.564)	(6.274)
Total	(24.798)	(23.700)
Total líquido - (passivo) não circulante	(7.177)	(8.784)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativos e Passivos				
Provisão ajuste atuarial	25.169	8.558	9.918	3.372
Marcação a mercado - derivativo	9.920	3.373	491	167
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD	8.612	2.928	8.421	2.863
Provisões para riscos cível, trabalhista e fiscal	2.501	850	2.875	978
Ajuste a Valor Presente	1.791	609	2.216	753
Contratos e prestações de serviços	157	53	566	192
Outras provisões (Honorários, PEE, P&D e outras)	3.038	1.033	11.857	4.031
Amortização Intangível - Renovação da concessão	(33.761)	(11.479)	(41.736)	(14.190)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão	(21.168)	(7.197)	(16.947)	(5.762)
Marcação a Mercado - dívida	(1.166)	(396)	(10.135)	(3.446)
Outras adições / exclusões temporárias	(16.204)	(5.509)	6.642	2.258
Total líquido - (passivo) não circulante	(21.111)	(7.177)	(25.832)	(8.784)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2024	1.114
2025	1.755
2026	1.409
2027	1.460
2028	1.600
2029 a 2030	3.405
2031 a 2033	6.878
Total	17.621

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	116.927	72.313
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(39.755)	(24.586)
Ajustes:		
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	2.102	4.611
Outros (Débitos) Créditos	(2.122)	112
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social Resultante do JCP	6.751	-
Outros incentivos fiscais e despesas ineditáveis (doações, brindes, multas, etc.) ⁽²⁾	729	(131)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(32.295)	(19.994)
Alíquota efetiva	27,62%	27,65%

(1) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005;

(2) Inclui incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

Em agosto de 2021, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2023 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$4.242 (R\$3.555 em 2022).

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Ativo financeiro valor justo	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	85.689	56.619
Saldo incorporada ⁽¹⁾	-	12.459
Adições nos exercícios ⁽²⁾	27.511	13.250
Baixas nos exercícios	(166)	(194)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽³⁾	4.242	3.555
Saldo em 2023 e 2022	117.276	85.689

(1) Em 30 de novembro de 2022 a Companhia incorporou a ENF;

(2) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção para o ativo financeiro indenizável da concessão;

(3) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo de construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20 - Custos de Empréstimos.

	Saldos em 2022	Adição	Transferências			Saldos em 2023
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	41.760	222.704	(139.858)	(28.201)	(16)	96.389
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	19.947	6.145	(3.718)	(690)	-	21.684
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	21.813	216.559	(136.140)	(27.511)	(16)	74.705

	Saldos em 2021	Saldo de incorporação	Adição	Transferências		Saldos em 2022
				Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	18.626	6.788	120.784	(90.872)	(13.566)	41.760
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	15.025	3.659	5.434	(3.855)	(316)	19.947
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	3.601	3.129	115.35	(87.017)	(13.250)	21.813

⁽¹⁾ O montante de R\$136.140 (R\$87.017 em 2022) foi para o intangível contrato de concessão, enquanto o montante de R\$16 foi reclassificado para o imobilizado;

⁽²⁾ O montante de R\$27.511 (R\$13.250 em 2022) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

15. Imobilizado

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Terrenos		71	-	-	(19)	-	52
Reservatório, Barragens e Adutoras		1.988	-	-	(1.988)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,40%	2.444	-	74	(384)	-	2.134
Máquinas e equipamentos	13,04%	24.509	-	2.028	(1.154)	-	25.383
Veículos	14,29%	400	-	-	-	-	400
Móveis e utensílios	6,25%	6.555	-	238	-	-	6.793
Total do Imobilizado em Serviço		35.967	-	2.340	(3.545)	-	34.762
Depreciação acumulada							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(707)	-	-	707	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		(425)	-	-	141	(63)	(347)
Máquinas e equipamentos		(16.695)	-	-	617	(1.615)	(17.693)
Veículos		(128)	-	-	-	(46)	(174)
Móveis e utensílios		(3.934)	-	-	-	(319)	(4.253)
Total Depreciação Acumulada		(21.889)	-	-	1.465	(2.043)	(22.467)

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 2023
Subtotal Imobilizado		14.078	-	2.340	(2.080)	(2.043)	12.295
Imobilizado em Curso		849	3.682	(2.324)	-	-	2.207
Total do Imobilizado		14.927	3.682	16	(2.080)	(2.043)	14.502

⁽¹⁾ O montante de R\$16 são transferências originadas do ativo contratual-infraestrutura em construção.

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2021	Saldo de incorporação	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço								
Custo								
Terrenos		-	44	-	51	(24)	-	71
Reservatório, Barragens e adutoras	2,98%	-	1.988	-	-	-	-	1.988
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.727	522	-	250	(55)	-	2.444
Máquinas e equipamentos	12,83%	18.355	3.608	-	2.546	-	-	24.509
Veículos	14,29%	400	-	-	-	-	-	400
Móveis e utensílios	6,25%	5.115	1.323	-	117	-	-	6.555
Total do Imobilizado em Serviço		25.597	7.485	-	2.964	(79)	-	35.967
Depreciação acumulada								
Reservatório, Barragens e adutoras		-	(707)	-	-	-	-	(707)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(219)	(196)	-	-	44	(54)	(425)
Máquinas e equipamentos		(13.043)	(2.301)	-	(20)	-	(1.331)	(16.695)
Veículos		(82)	-	-	-	-	(46)	(128)
Móveis e utensílios		(2.793)	(873)	-	20	-	(288)	(3.934)
Total Depreciação Acumulada		(16.137)	(4.077)	-	-	44	(1.719)	(21.889)
Subtotal Imobilizado		9.460	3.408	-	2.964	(35)	(1.719)	14.078
Imobilizado em Curso		387	316	3.110	(2.964)	-	-	849
Total do Imobilizado		9.847	3.724	3.110	-	(35)	(1.719)	14.927

16. Intangível

	2023	2022
Intangível - contrato de concessão	740.186	659.572
Intangível - direito de uso	1.083	1.431
Intangível - software	24.475	16.463
Total	765.744	677.466

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2022	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2023
Intangível em serviço						
Custo						
	4,16%	1.520.015	139.858	(13.045)	-	1.646.828
Amortização acumulada		(691.338)	-	9.873	(64.768)	(746.233)
Subtotal		828.677	139.858	(3.172)	(64.768)	900.595

(-) Obrigações vinculadas à concessão

Custo	3,76%	309.155	3.718	-	-	312.873
-------	-------	---------	-------	---	---	---------

	Taxa média de amortização	Saldos em 2022	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2023
Amortização acumulada		(140.050)	-	-	(12.414)	(152.464)
Subtotal		169.105	3.718	-	(12.414)	160.409
Total do Intangível - contrato de concessão		659.572	136.140	(3.172)	(52.354)	740.186

	Taxa média de amortização	Saldos em 2021	Saldo de incorporação	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2022
Intangível em serviço							
Custo	4,11%	1.218.412	220.308	90.872	(9.577)	-	1.520.015
Amortização acumulada		(542.430)	(102.531)	-	6.832	(53.209)	(691.338)
Subtotal		675.982	117.777	90.872	(2.745)	(53.209)	828.677
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Custo	3,80%	293.283	12.017	3.855	-	-	309.155
Amortização acumulada		(122.712)	(5.257)	-	-	(12.081)	(140.050)
Subtotal		170.571	6.760	3.855	-	(12.081)	169.105
Total do Intangível - contrato de concessão		505.411	111.017	87.017	(2.745)	(41.128)	659.572

(1) Transferências originadas do ativo contratual-infraestrutura em construção;

(2) As baixas no montante de R\$3.172 (R\$2.745 em 2022) referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

(3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$1.183 (R\$798 em 2022).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também, dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão, com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi de 4,16% (4,11% em 2022).

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

	2023	2022
Contribuição do consumidor ⁽¹⁾	77.998	71.691
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	248.693	248.699
Reservas para reversão ⁽³⁾	471	627
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	9.641	9.641
(-) Amortização acumulada	(152.464)	(140.050)
Total	184.339	190.608
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	2.246	1.556
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	21.684	19.947
Intangível - contrato de concessão	160.409	169.105
Total	184.339	190.608

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao contrato de concessão;
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos;
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábeis CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - direito de uso				
Custo	7,12%	4.890	-	4.890
Amortização acumulada		(3.459)	(348)	(3.807)
Total do Intangível - direito de uso		1.431	(348)	1.083

	Taxa média de amortização	Saldos em 2021	Saldo de incorporação	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso					
Custo	10,04%	3.570	1.320	-	4.890
Amortização acumulada		(2.062)	(906)	(491)	(3.459)
Total do Intangível - direito de uso		1.508	414	(491)	1.431

16.3. Intangível - software

	Taxa média de amortização	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	33.404	-	21.393	-	54.797
Amortização acumulada		(27.152)	-	-	(3.679)	(30.831)
Em curso		10.211	11.691	(21.393)	-	509
Total do Intangível - software e outros		16.463	11.691	-	(3.679)	24.475

	Taxa média de amortização	Saldos em 2021	Saldo de incorporação	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	24.441	5.916	-	3.047	-	33.404
Amortização acumulada		(20.157)	(4.783)	-	-	(2.212)	(27.152)
Em curso		2.906	1.099	9.253	(3.047)	-	10.211
Total do Intangível - software e outros		7.190	2.232	9.253	-	(2.212)	16.463

17. Fornecedores

	2023	2022
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	63.984	66.027
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	1.980	1.976
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	2.962	2.547
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	14.366	15.194
Encargos de conexão ⁽¹⁾	1.641	839
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽³⁾	1.578	75
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	30.981	23.043
Total	117.492	109.701
Circulante	114.593	107.296
Não circulante	2.899	2.405

⁽¹⁾ Referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, ao custo de transmissão, ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;

⁽²⁾ A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;

⁽³⁾ Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2022, as condições hidrológicas eram favoráveis, assim não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito. Para 2023, houve necessidade de acionar térmicas para atender a carga do Sistema Interligado Nacional - SIN, em função das ondas de calor observadas nos meses de novembro e dezembro;

⁽⁴⁾ Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
IPCA	73.909	-	(6.333)	(3.632)	7.008	-	-	70.952
CDI	153.141	90.000	(45.000)	(24.576)	23.291	-	-	196.856
(-) Custo com captação	(694)	-	-	-	376	(532)	-	(850)
Total do custo amortizado	226.356	90.000	(51.333)	(28.208)	30.675	(532)	-	266.958
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	205.533	105.000	-	(9.733)	(11.681)	-	-	289.119
Marcação a mercado	(8.554)	-	-	-	-	-	6.213	(2.341)

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Total ao valor justo	196.979	105.000	-	(9.733)	(11.681)	-	6.213	286.778
Total	423.335	195.000	(51.333)	(37.941)	18.994	(532)	6.213	553.736
Circulante	59.767							173.344
Não circulante	363.568							380.392

	Saldos em 2021	Captação	Saldos incorporados	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado									
Moeda Nacional									
Pós Fixado									
IPCA	74.002	-	-	(4.593)	(3.767)	8.267	-	-	73.909
CDI	25.423	100.000	26.379	(5.001)	(5.004)	11.344	-	-	153.141
(-) Custo com captação	(10)	-	(34)	-	-	118	(768)	-	(694)
Total do custo amortizado	99.415	100.000	26.345	(9.594)	(8.771)	19.729	(768)	-	226.356

Mensurados ao valor justo

Moeda Estrangeira

Dólar	185.730	-	32.251	-	(4.175)	(8.273)	-	-	205.533
Marcação a mercado	(1.116)	-	(1.893)	-	-	-	-	(5.545)	(8.554)
Total ao valor justo	184.614	-	30.358	-	(4.175)	(8.273)	-	(5.545)	196.979
Total	284.029	100.000	56.703	(9.594)	(12.946)	11.456	(768)	(5.545)	423.335
Circulante	5.361								59.767
Não circulante	278.668								363.568

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do Principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a.) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) ⁽⁶⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	2023	2022								
BTG PACTUAL - BNDES 2/20	70.952	73.909	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	A partir de abr/22 a.m.	9,68%	-	A + R	2
SANTANDER - CCB -1035866	-	25.830	CDI + 1.70%	-	abr/23	Final	14,85%	-	A	NA
1ª Nota comercial	106.719	107.207	CDI + 1.55%	-	jul/26	A partir de jul/25 anual	14,70%	-	A	NA
CCB Safra 001660057	-	20.104	CDI + 1.80%	-	jun/23	Final	14,95%	-	A	NA
1ª Nota comercial Série Única	90.137	-	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
(-) Custo com captação	(850)	(694)								
Total em Moeda Nacional	266.958	226.356								
SCOTIABANK-LOAN 4131-17062021 ^(3 e 4)	38.277	41.251	USD + 1.52%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	-5,69%	14,80%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 28012021 ⁽⁴⁾	88.692	95.587	USD + 1.83%	CDI + 1,75%	fev/24	Final	-5,38%	14,90%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 09122021 ⁽⁴⁾	34.155	36.808	USD + 2.19%	CDI + 1,50%	jun/24	Final	-5,02%	14,65%	A	2
BAML - LOAN 20052022 ⁽⁴⁾	29.591	31.887	USD + 3.98%	CDI + 1,75%	mai/25	Final	-3,23%	14,90%	A	2
BAML - LOAN 24012023 ⁽⁴⁾	98.404	-	USD + 5,03%	CDI + 1,40%	mai/25	Final	-1,90%	14,55%	A	2
Marcação à Mercado da Dívida ⁽⁵⁾	(2.341)	(8.554)								
Total em Moeda Estrangeira	286.778	196.979								
Total	553.736	423.335								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedje cambial*, demonstrados na Nota Explicativa nº 30;

(2) A = Aval Energisa S/A e R = Recebíveis;

(3) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(2) Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 30). Em 31 de dezembro de 2023 as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) Os contratos de financiamentos possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 30).

(5) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “*hedge*” de valor justo ou pela designação como “*Fair Value Option*” (nota explicativa nº 30).

(6) As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 30.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ x R\$	(7,21%)	(6,50%)
CDI	13,15%	12,39%
IPCA	4,62%	5,78%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	272.531
2026	56.354
2027	6.438
2028	6.438
Após 2028	38.631
Total	380.392

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	240.361	-	(75.000)	(27.590)	23.113	-	-	160.884
IPCA	131.381	90.000	(21.903)	(6.393)	12.756	-	-	205.841
(-) Custo com captação	(1.980)	-	-	-	574	(2.736)	-	(4.142)
Marcação a mercado	(1.581)	-	-	-	-	-	2.756	1.175
Total do custo amortizado	368.181	90.000	(96.903)	(33.983)	36.443	(2.736)	2.756	363.758
Circulante	105.775							74.008
Não circulante	262.406							289.750

	Saldos em 2021	Captação	Saldos incorporados	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixados									
CDI	147.189	60.000	42.522	(14.808)	(17.012)	22.470	-	-	240.361
IPCA	128.607	-	11.770	(15.896)	(6.437)	13.337	-	-	131.381
(-) Custo com captação	(2.000)	-	(314)	-	-	583	(249)	-	(1.980)
Marcação a mercado	(327)	-	-	-	-	-	-	(1.254)	(1.581)
Total do custo amortizado	273.469	60.000	53.978	(30.704)	(23.449)	36.390	(249)	(1.254)	368.181
Circulante	33.811								105.775
Não circulante	239.658								262.406

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargo Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	(Taxa efetiva de Swap) (% a.a.) ⁽³⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2023	2022										
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	10.828	10.352	15/06/2017	7532 / 7532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	jun/24	Final	10,28%	13,50%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	947	906	15/10/2017	678 / 678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1.764	1.686	15/10/2017	1261 / 1261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão	44.836	64.315	15/09/2018	50000 / 50000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	set/25	A partir de set/23 anual	9,70%	13,64%	A	1
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	34.208	34.256	10/06/2019	34000 / 34000	CDI + 0,73%	-	jun/24	Final	13,88%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	36.223	36.273	10/06/2019	36000 / 36000	CDI + 0,83%	-	jun/26	Final	13,98%	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão	-	63.190	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 0,95%	-	fev/23	Final	14,10%	-	A	1
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	5.040	4.821	11/10/2020	4010 / 4010	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	NA
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	38.972	37.274	11/10/2020	30990 / 30990	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	out/30	A partir de out/28 anual	9,09%	14,95%	SG	NA
Debêntures 14ª Emissão	62.866	63.126	22/08/2022	60000 / 60000	CDI + 1,60%	-	ago/27	A partir de ago/26 anual	14,75%	-	A	2
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	15.797	15/02/2020	15000 / 15000	CDI + 0,95%	-	fev/23	Final	14,10%	-	A	NA
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	27.587	27.719	15/02/2020	26300 / 26300	CDI + 1,15%	-	fev/25	Final	14,30%	-	A	2
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	1.433	1.370	11/10/2020	1140 / 1140	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	NA
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	11.142	10.657	11/10/2020	8860 / 8860	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	out/30	A partir de out/28 anual	9,09%	14,95%	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	12.523	-	13/09/2023	12406 / 12406	IPCA + 6,17%	-	set/30	Final	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	78.356	-	13/09/2023	77594 / 77594	IPCA + 6,45%	-	set/33	A partir de out/28 anual	11,07%	-	SG	NA
(-) Custo com captação	(4.142)	(1.980)										
Marcação à Mercado da Dívida	1.175	(1.581)										
Total	363.758	368.181										

(1) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia.

(2) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
	(1) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para demais emissões	

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

⁽³⁾ As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 30.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	48.521
2026	65.508
2027	37.777
2028	16.139
Após 2028	121.805
Total	289.750

20. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	48.348	29.808
Encargos sociais	4.615	3.859
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	1.329	597
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	2.771	1.658
Contribuições ao PIS e à COFINS	7.383	5.374
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.033	1.289
Imposto Sobre Serviços - ISS	627	464
Impostos e Contribuições Retidos	-	636
Outros	4.093	3.252
Total	70.199	46.937
Circulante	35.042	16.033
Não circulante	35.157	30.904

⁽¹⁾ Inclui R\$34.087 (R\$27.685 em 2022), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias do ativo não circulante.

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das

contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7698/2021-ME, reconheceu o montante de R\$259.872, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei nº 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

O resumo dos impactos no passivo são como segue:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	278.451	206.566
Saldo de Incorporação	-	55.478
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	29.428	19.166
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(1.329)	(1.059)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores	(46.678)	(1.700)
Saldo em 2023 e 2022	259.872	278.451
Circulante	24.212	-
Não circulante	235.660	278.451

22. Encargos setoriais

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.103	5.338
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ^(1 e 2)	-	310
Ministério de Minas e Energia - MME ^(1 e 2)	-	155
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	1.924	1.146
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	6.495	6.044
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	11.451	8.890
Total	22.973	21.883
Circulante	15.500	16.254
Não circulante	7.473	5.629

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 11.465, de 28 de março de 2007, nº 2.212, de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280, de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica ordens de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão;

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

23. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental.

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	175	2.694	6	2.875	2.909
Saldo incorporado	-	-	-	-	325
Constituições de provisões	47	2.985	193	3.225	2.372
Reversões de provisões	(73)	(1.621)	(5)	(1.699)	(290)
Pagamentos realizados	(121)	(1.679)	(8)	(1.808)	(2.427)
Atualização monetária	(17)	(80)	5	(92)	(14)
Saldo em 2023 e 2022	11	2.299	191	2.501	2.875

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$5.633 (R\$4.731 em 2022), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos trabalhistas discutem principalmente verbas contratuais/legais, bem como ações envolvendo subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação de causas com perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	5.107	48.989	88.071	2.563	-	144.730	74.080
Saldo incorporado	-	-	-	-	-	-	24.352
Novos processos	31	9	30	-	12	82	8.643
Mudança de prognóstico e valor pedido	(4.635)	(5.679)	(14.224)	-	-	(24.538)	39.751
Encerramento de processos	(746)	(5.546)	(228)	-	-	(6.520)	(7.719)
Atualização monetária	275	1.715	8.906	339	-	11.235	5.623
Saldo em 2023 e 2022	32	39.488	82.555	2.902	12	124.989	144.730

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Ação judicial envolvendo discussão sobre verbas contratuais/legais.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

Fiscal

As ações de natureza fiscais referem-se basicamente a discussões sobre: (i) a quebra do diferimento do ICMS nas operações de venda de energia elétrica isenta ou não tributada; (ii) o aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes da aquisição do ativo imobilizado.

Principal Processo:

Natureza	Tipo de Ação	Nº Processo/Ação	Objeto	2023	2022
Fiscal	Execução Fiscal	0087729-97.2016.8.13.0153	Discussão sobre ICMS exigido em razão da quebra do diferimento, teve em dezembro de 2022 o prognóstico alterado para possível, haja vista decisão judicial proferida.	43.067	40.116

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$312.022 (R\$312.022 em 2022) e está representado por 1.058.767 (1.058.767 em 2022) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 1.500 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

24.2. Reserva de capital

	2023	2022
Subvenção de investimentos	7.921	7.921
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽¹⁾	1.611	1.339
	9.532	9.260

⁽¹⁾ Refere-se a implementação do programa de remuneração variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), conforme descrito na nota explicativa nº 11.

24.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social, de acordo com o artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2022 foi utilizado o montante de R\$12.476 do saldo da reserva, para absorção dos prejuízos acumulados de 2021, oriundos dos efeitos da reapresentação.

24.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração aprovou a distribuição de dividendos como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	84.632	52.319
Reserva legal (5%)	(4.232)	(2.616)
Lucro líquido ajustado	80.400	49.703
Dividendos obrigatórios (25%)	20.100	12.426
. Valores pagos em 24 de abril de 2023 - R\$20,41196237699140 (R\$R\$24,1075664024 em 11 de julho de 2022) por ação ordinária ⁽¹⁾	21.612	19.735
. Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$6,6847095614 por ação ordinária ⁽¹⁾	-	5.472
. Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$20,5123104126 por ação ordinária ⁽¹⁾	-	16.791
. Valores pagos em 23 novembro de 2023 - R\$18,75423837 correspondentes a Juros sobre capital próprio por ação ordinária, imputados aos dividendos ⁽³⁾	19.856	-
. Dividendos adicionais propostos R\$36,77153423747(R\$7,277201839 em 2022) por ação ordinária ⁽²⁾	38.932	7.705
Total dos dividendos	80.400	49.703
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados pela RCA de 24 de abril de 2023, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março 2023;

⁽²⁾ Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

⁽³⁾ Os juros sobre capital próprio aprovados pela Reunião de Conselho de Administração de 09 de novembro de 2023 foram calculados sobre a posição acionária da Companhia em 09 de novembro de 2023 e foram imputados aos dividendos do exercício.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

24.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue a movimentação realizada nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	553	(314)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(14.265)	1.314
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	4.850	(447)
Saldo em 2023 e 2022	(8.862)	553

25. Receita operacional

	2023			2022		
	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$
Residencial	488.720	777.016	696.252	480.336	610.934	545.657
Industrial	3.979	78.486	93.649	4.020	83.437	80.865
Comercial	45.915	235.190	233.703	46.289	195.743	190.023
Rural	57.912	137.593	133.195	59.311	149.956	129.970
Poder público	4.782	47.973	46.721	4.649	36.364	33.407
Iluminação pública	214	94.718	52.511	158	84.938	45.399
Serviço público	931	50.727	47.035	892	44.695	37.825

	2023			2022		
	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$
Consumo próprio	169	3.031	-	166	2.397	-
Subtotal	602.622	1.424.734	1.303.066	595.821	1.208.464	1.063.146
Suprimento de energia a concessionárias	-	133.344	11.781	-	254.848	15.226
Fornecimento não faturado líquido	-	20.027	17.513	-	(6.119)	(2.432)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	172	-	172.369	142	-	129.941
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	212.478	-	-	113.354
Penalidades Regulatórias	-	-	(2.818)	-	-	(2.016)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	4.242	-	-	3.555
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	11.853	-	-	54.171
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	108.222	-	-	83.265
Outras receitas operacionais	-	-	27.273	-	-	20.643
Total - receita operacional bruta	602.794	1.578.105	1.865.979	595.963	1.457.193	1.478.853
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	257.593	-	-	216.843
PIS	-	-	22.596	-	-	18.657
COFINS	-	-	104.080	-	-	85.933
ISS	-	-	974	-	-	590
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	4.249	-	-	3.492
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	-	-	1.062	-	-	873
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	166.397	-	-	142.426
Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	2.124	-	-	1.745
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	2.124	-	-	1.745
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	1.062	-	-	873
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.791	-	-	1.392
Total - deduções da receita operacional	-	-	564.052	-	-	474.569
Total - receita operacional líquida	602.794	1.578.105	1.301.927	595.963	1.457.193	1.004.284

^(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- ⁽¹⁾ **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	490.513	-	-	-	490.513	455.788
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	174.259	-	-	-	174.259	117.838
Pessoal e administradores	-	49.083	-	17.832	66.915	56.460
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	272	272	469
Benefício pós-emprego	-	1.916	238	726	2.880	2.252
Material	-	10.418	37	3.766	14.221	11.146
Serviços de terceiros	-	31.668	-	42.573	74.241	56.717
Depreciação e amortização	-	49.823	-	7.418	57.241	44.752
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD	-	4.685	-	-	4.685	(13.263)

	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2023	2022
Provisão para riscos trabalhista, cível e fiscal	-	-	-	1.526	1.526	2.152
Custo de construção da infraestrutura	-	-	212.478	-	212.478	113.354
Outras	-	3.991	(75)	8.785	12.701	11.623
Total	664.772	151.584	212.678	82.898	1.111.932	859.288

Energia elétrica comprada para revenda

	MWh ⁽¹⁾		R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022
Energia de Itaipú - Binacional	316.295	256.971	69.307	75.919
Energia de leilão	399.337	343.745	80.335	65.896
Energia bilateral	589.923	513.976	258.579	245.133
Cotas de Angra	61.175	47.989	20.928	16.465
Energia de curto prazo - CCEE ⁽²⁾	10.394	-	5.782	11.901
Cotas Garantia Física	340.638	369.058	55.076	49.612
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	33.704	28.632	20.620	21.119
Energia de Reserva - ERR	-	-	30.580	18.231
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(50.694)	(48.488)
Total	1.751.466	1.560.371	490.513	455.788

⁽¹⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes;

⁽²⁾ Inclui, nesta linha, demais custos na CCEE tais como: efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão e Encargos de Serviços de Sistema - ESS.

27. Outros Resultados

	2023	2022
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	7.436	2.032
Resultado com cessão de crédito de FIDC	(32)	637
Outras	565	-
	7.969	2.669
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(7.316)	(3.019)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(2.534)	(1.798)
Outras	-	(15.453)
	(9.850)	(20.270)
Total	(1.881)	(17.601)

28. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receita de aplicações financeiras	18.313	16.028
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	15.598	14.315
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	10.332	5.551
Juros Selic s/ impostos a recuperar	5.025	208
Tributos s/ receitas financeiras	(3.902)	(2.637)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	28.772	19.411
Outras receitas financeiras	5.870	1.188
Total receita financeira	80.008	54.064
Encargos de dívidas - juros	(68.484)	(48.409)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	13.047	563

	2023	2022
(-) Transferência para ordens em curso	4.018	1.436
Marcação a mercado da dívida	(8.969)	6.799
Marcação a mercado derivativos	12.470	(6.732)
Instrumentos financeiros derivativos	(57.063)	(33.584)
Ajuste a valor presente	437	(549)
Comissão de aval	(10.738)	(6.203)
Despesa de IOF/Bancárias	(1.664)	(1.502)
Atualização de contingência	92	14
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(147)	(190)
Atualização PEE e P&D	(856)	(407)
Juros/multa	(348)	(146)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(29.428)	(19.166)
Outras despesas financeiras	(3.562)	(1.070)
Total despesa financeira	(151.195)	(109.146)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(71.187)	(55.082)

29. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros, decorrentes de suas operações considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não são examinadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			2023	2022
Riscos operacionais	22/06/2025	90.000	906	466
Responsabilidade civil geral	23/06/2025	90.000	264	156
Auto frota	23/10/2024	Até 1.110/veículos	86	71
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	117.157	355	361
Transporte nacional	04/04/2024	Até 5.000/ viagem	8	4
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	13	13
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - RETA (Drones)	12/01/2025	1.061/drone	3	7
Seguro de Proteção de dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2024	30.000	61	65
			1.696	1.143

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

A movimentação e as respectivas atualizações em 2023 foram de R\$4.242 (R\$3.555 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		41.806	41.806	22.371	22.371
Consumidores e concessionárias		240.839	240.839	205.784	205.784
Ativos financeiros setoriais		21.189	21.189	42.647	42.647
		303.834	303.834	270.802	270.802
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	173.876	173.876	170.642	170.642
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	117.276	117.276	85.689	85.689
Instrumentos financeiros derivativos	2	24.338	24.338	28.500	28.500
		315.490	315.490	284.831	284.831

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		117.492	117.492	109.701	109.701
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		917.494	919.118	791.516	794.317
Arrendamentos operacionais		1.203	1.203	1.605	1.605
Passivos financeiros setoriais		23.946	23.946	4.449	4.449
		1.060.135	1.061.759	907.271	910.072
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	34.258	34.258	28.991	28.991
		34.258	34.258	28.991	28.991

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como *hedge accounting*. No exercício de 2023 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "*hedge*" de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como "*hedge*" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício de 2023, o "*hedge*" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como

hedge foi impactado em R\$2.756 (R\$1.254 em 2022), reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de swap de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo swap para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os swaps quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. No exercício de 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$6.213 (R\$5.545 em 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de swap de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar, mensalmente, a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	917.494	791.516
Caixa e equivalentes de caixa	(41.806)	(22.371)
Dívida líquida	875.688	769.145
Patrimônio líquido	366.948	340.632
Índice de endividamento líquido	2,39	2,26

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazo e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos

prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, bem como se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise:

	Taxa média de juros efetiva ponderada meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		114.593	-	-	-	2.899	117.492
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,05%	241.205	52.776	508.493	88.196	123.460	1.014.130
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.358	(2.453)	(5.353)	(632)	-	9.920
Total		374.156	50.323	503.140	87.564	126.359	1.141.542

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas pode ocasionar uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termoelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seu contrato de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão, que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	41.806	22.371
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	173.876	170.642
Consumidores e concessionárias	6	240.839	205.784
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	117.276	85.689
Ativos financeiros setoriais líquido	9	(2.757)	38.198
Instrumentos financeiros derivativos	30	24.338	28.500

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

Para os contratos suscetíveis as variações do dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício de 2023 com queda de 7,21% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a R\$4,8413/USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2023 era de 9,87%, enquanto 2022 foi de 16,00%.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2023, excluído os efeitos dos custos com captação é de R\$922.486 (R\$794.190 em 2022), R\$286.778 (R\$196.979 em 2022), estão representados em moeda estrangeira, conforme notas explicativas nº 18 e nº 19.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2023	2022
Ativo circulante	15.191	1.682
Ativo não circulante	9.147	26.818
Total do ativo	24.338	28.500
Passivo circulante	31.096	28.043
Passivo não circulante	3.162	948
Total do passivo	34.258	28.991

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 2023, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “*hedge*”.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America	18.257	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,7850%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	7.048	USD + 2,5765%	CDI + 1,50%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	6.085	USD + 4,6824%	CDI + 1,75%	22/05/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	20.096	USD + 6,2471%	CDI + 1,40%	27/01/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “*Notional*” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x EMR	7.532	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMR	678	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Mprgan x EMR	1.261	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x EMR	33.333	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMR	32.383	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
J.P. Mprgan x EMR	9.327	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
Bank of America x EMR	4.277	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Bank of America X EMR	1.216	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “*fair value option*”.

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida designada para “Fair Value Option”	315.000	210.000	Moeda estrangeira - USD	(286.717)	(196.965)
			Posição ativa		
			Moeda estrangeira - USD	286.717	196.965
			Posição passiva		
Swap Cambial (Derivativo)	315.000	210.000	Taxa de juros CDI	(319.990)	(213.163)
			Posição líquida Swap	(33.273)	(16.198)
			Posição líquida dívida + Swap	(319.990)	(213.163)

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	90.007	106.674	Taxa pré-fixada	(59.615)	(75.648)
			Posição ativa		
			Taxa pré-fixada	116.409	126.460
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) ⁽¹⁾	90.007	106.674	Taxa de juros CDI	(93.056)	(110.753)
			Posição líquida Swap	23.353	15.707
			Posição líquida dívida + Swap	(36.262)	(59.941)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como “*Fair Value Hedge*” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados em 2023 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao

cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Moeda estrangeira	(315.000)		(314.550)	(386.117)	(457.684)
Variação da dívida			450	(71.117)	(142.684)
Swap cambial					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos	286.717	Alta USD	286.267	357.834	429.401
Variação			(450)	71.117	142.684
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - Taxa de juros CDI	(319.990)		(319.990)	(319.990)	(319.990)
Variação - Taxa de juros CDI			-	-	-
Subtotal	(33.273)		(33.723)	37.844	109.411
Total líquido	(348.273)		(348.273)	(348.273)	(348.273)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$348.273 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(90.007)		(90.007)	(90.007)	(90.007)
Variação Dívida					
Swap de Juros					
Posição Ativa					
	116.409	Alta CDI	116.409	116.409	116.409

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Variação - Taxa de Juros					
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(93.056)		(93.056)	(94.758)	(96.440)
Variação - CDI + TJLP			-	(1.702)	(3.384)
Subtotal	23.353		23.353	21.651	19.969
Total Líquido	(66.654)		(66.654)	(68.356)	(70.038)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado	173.876	Alta CDI	15.649	19.561	23.474
Instrumentos financeiros passivos:					
<i>Swap</i>	(319.990)	Alta CDI	(28.799)	(35.999)	(43.199)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(357.740)	Alta CDI Alta IPCA	(32.197) (12.842)	(40.246) (16.053)	(48.296) (19.263)
Subtotal ⁽²⁾			(73.838)	(92.298)	(110.758)
Total - (Perdas)			(58.189)	(72.737)	(87.284)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023 e IPCA 4,62% ao ano;

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$33.212.

31. Benefícios pós-emprego

31.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde:

	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Plano de Saúde	Total	
			2023	2022
Total	8.427	16.742	25.169	9.918
Circulante	1.038	2.468	3.506	1.444
Não Circulante	7.389	14.274	21.663	8.474

31.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de contribuição variável e plano de contribuição definida.

O plano de contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Na modalidade de contribuição definida, os benefícios de riscos são totalmente

terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2023 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa Sudeste	CV	Fechado	01/07/1981	<ul style="list-style-type: none"> • Complementação de aposentadoria por tempo de serviço; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; • Complementação de abono anual; • Aposentadoria; • Benefício por Invalidez; • Pensão por Morte.
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	2023	2022
Ativos	490	415
Benefício Proporcional Diferido - BPD	12	4
Assistidos	13	-
Total	515	419

Migração entre planos

Em 2023 os participantes do Plano Sudeste receberam a opção de migração voluntária para Plano Energisa CD, com efetivação no mês de maio/2023. O resultado da migração está apresentado abaixo:

Plano	Quantidade	
	ATIVO	ASSISTIDO
Plano Energisa Sudeste	7	17

31.3. Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2023, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	SUDESTE	
	2023	2022
I - Premissas Biométricas ⁽¹⁾		
Tábua de Mortalidade Geral ⁽²⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽²⁾	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
II - Variáveis Econômicas		
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,75% a.a.	6,26% a.a.
Expectativa de Inflação Futura ⁽³⁾	4,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,98% a.a.	11,57% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não Aplicável	Não Aplicável
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	Não Aplicável	100,00%
IV - Tábua de anuidade de pensão		
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real

⁽¹⁾ Relatório de Estudo de Aderência Biométrico.

⁽²⁾ Tábuas específicas por sexo.

⁽³⁾ Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

b. Conciliação da posição dos planos

A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	SUDESTE	
	2023	2022
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	10.662	10.631
Ganhos / (Perdas) dos ativos	(1.397)	825
Retorno esperado dos ativos do plano	1.129	1.059
Benefícios pagos	(1.199)	(1.853)
Benefícios pagos	(613)	-
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	8.582	10.662

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	SUDESTE	
	2023	2022
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	4.686	5.970
Custo dos juros	438	591
(Ganhos)/Perdas atuariais	(545)	(22)
Benefícios pagos	(1.199)	(1.853)
Custo do Serviço Passado ("encurtamento")	(587)	-
Valor presente das obrigações em 2023 e 2022	2.793	4.686

Posição líquida dos planos	SUDESTE	
	2023	2022
Valor justo dos ativos	8.582	10.662
Valor presente das obrigações	(2.793)	(4.686)
Posição líquida	5.789	5.976
Limite do Ativo	(5.789)	(5.976)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	-	-

c. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	SUDESTE	
	2023	2022
Investimentos:		
Fundos de investimento	53,70%	39,59%
Operação com participantes	2,28%	2,13%
Depósitos judiciais / recursais	0,21%	0,21%
Títulos públicos	43,81%	58,07%
Total	100,00%	100,00%

d. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	SUDESTE	
	2023	2022
Valor presente das obrigações Atuariais real	2.793	4.686
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	2.861	4.797
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	2.727	4.578

Plano de benefícios e contribuições definidas

No exercício, a despesa de patrocínio para esse plano foi de R\$1.732 (R\$1.210 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

Em 2023 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$59, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

31.4. Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

Reconciliação	2023	2022
Posição líquida em 2022 e 2021	7.862	6.767
Saldo inicial da empresa incorporada	-	947
Efeito em ORA	(138)	(716)
Pagamentos vertidos no ano	(458)	(176)
Efeito no resultado do exercício	1.161	1.040
Posição líquida em 2023 e 2022	8.427	7.862
Circulante	1.038	1.161
Não Circulante	7.389	6.701

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2024, segundo critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2024
Custo do serviço corrente	372
Custo dos juros	666
Total da despesa a ser reconhecida	1.038

31.5. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.625 (R2.010 em 2022). Inclui R\$46 (R\$53 em 2022) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2023	2022
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.056	2.355
Saldo inicial da empresa incorporada	-	10
Custo do serviço corrente	46	53
Custos dos juros	237	236
(Ganho)/Perdas atuariais - ORA	14.403	(598)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	16.742	2.056
Circulante	2.468	283
Não Circulante	14.274	1.773

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2024, segundo critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2024
Custo do serviço corrente	797
Custo dos juros	1.671
Total da despesa a ser reconhecida	2.468

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2023		2022		
	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	AUTOGESTÃO (*)	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS					
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	11,50%	11,50%	6,00%	6,00%	6,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	100%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS					
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo				
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)				
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado				

(*) Em 03 de janeiro de 2023, a Companhia, assinou contrato com a UNIMED NACIONAL para migração de todos os beneficiários do plano Autogestão para UNIMED NACIONAL.

32. Meio ambiente ⁽¹⁾

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente dentre as quais merecem destaque:

1. Licenciamento e gerenciamento ambiental de empreendimentos e atividades, atendendo e acompanhando todos os requisitos legais e normas aplicáveis. Elaboração de processos de licenciamento de novas LDATs e SEs, processos de renovação de licenciamento, solicitação de autorização para intervenções ambientais necessárias à execução da atividade de utilidade pública, licenciamento de motosserras, poços semiartesianos, entre outros;

2. Redes protegidas e isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
3. Para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata ou área de preservação permanente, a empresa sempre estuda alternativas locais para desvio e apresenta aos órgãos ambientais os estudos necessários ao licenciamento/autorizações além das eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, para obter-se um diagnóstico favorável à sua execução. Para impactos mínimos necessários, são realizadas as devidas compensações, sempre promovendo plantio, recuperação de nascentes e cercamento de áreas para a promoção de regeneração natural;
4. Gestão e monitoramento dos processos erosivos nas áreas administrativas da empresa, nas faixas de servidão e de segurança das linhas e redes de distribuição. Elaboração de relatório detalhado com proposição de medidas corretivas e preventivas para garantir a recuperação das áreas e segurança da comunidade;
5. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com os requisitos legais pertinentes. Todo o descarte de resíduos classe I é feito através de empresa especializada, devidamente licenciada junto ao órgão ambiental competente, com a devida emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR. A Companhia possui implantada a coleta seletiva em suas unidades para separação e descarte dos resíduos classe II, realiza ainda logística reversa de materiais, tratamento de esgoto sanitário da sede, possui caixas separadoras de água e óleo nas subestações de energia e Kits de emergência para vazamento de óleo e produtos químicos nas unidades;
6. Atuação junto ao poder público municipal e estadual, para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e busca tecnologias inovadoras para melhoria da qualidade dos serviços de poda executados por suas equipes. Para a realização de limpezas de faixa e manutenção em extensões de redes e linhas, a empresa faz uso de autorizações de supressão e poda com apresentação de informações anuais detalhadas aos órgãos licenciadores;
7. São realizados treinamentos para execução de procedimentos adequados para poda de árvores em todas as unidades, incluindo corpo técnico e terceirizado. São repassadas também orientações gerais sobre meio ambiente, incluindo cuidados em áreas protegidas, áreas de preservação permanente, gestão correta de resíduos, preservação de recursos naturais, legislação ambiental e compromissos com o meio ambiente;
8. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente;
9. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e da divulgação interna. Através do Nossa Energia, juntamente com o Programa de Eficiência Energética, desenvolve ações nas comunidades para o consumo consciente e redução de consumo de energia, além de troca de equipamentos pouco eficientes por outros que promovam a redução de consumo;
10. Contratação de fornecedores: A Companhia contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida;
11. A Companhia realiza ações para redução da emissão de gases, possui política de renovação da frota, regra de velocidade máxima nos veículos, manutenção periódica, transporte solidário através do controle de viagens e procura utilizar o biocombustível. No exercício o Grupo realizou a segunda publicação de inventário de Gases de Efeito Estufa na plataforma de Registro de Emissões Públicas, sendo auditado e acreditado com o Selo Ouro.

Em 2023, os montantes investidos nos projetos acima descritos e nas práticas totalizaram R\$71.447 (R\$63.704 em 2022), sendo R\$67.807 (R\$59.715 em 2022) alocados no ativo intangível e R\$3.640 (R\$3.989 em 2022) em despesas operacionais.

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

33. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil ⁽¹⁾					
Vigência	2024	2025	2026	2027	Após 2027
2024 a 2054	467.706	450.706	467.856	456.115	5.282.666

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício de 2023, e foram homologados pela ANEEL.

34. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2023 e 2022 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	27.511	13.250
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	4.242	3.555
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	16.567	9.904
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	16.567	9.904
Incorporação - Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A		
Aplicações financeiras	-	35.928
Consumidores e concessionárias	-	36.621
Tributos a recuperar	-	67.943
Ativos financeiros setoriais	-	8.011
Cauções e depósitos vinculados	-	1.189
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	12.459
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.679
Outros créditos	-	7.839
Investimentos	-	81
Imobilizado	-	3.724
Intangível	-	113.663
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	-	3.129
Fornecedores	-	19.680
Dividendos a pagar	-	5.976
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	-	56.703
Debêntures	-	53.978
Impostos e contribuições sociais	-	5.835
Impostos diferidos	-	1.000
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	54.467
Passivos financeiros setoriais	-	542
Provisões para riscos trabalhista, cível e fiscal	-	325
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.540
Encargos setoriais	-	3.442
Outras contas a pagar	-	8.172

35. Lucro por ação

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício	84.632	52.319
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.059	859
Lucro líquido básico por ação ordinária ⁽¹⁾	79,92	60,91

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

36. Evento subsequente

36.1. Dividendos do exercício de 2023

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$38.932, equivalentes a R\$36,77153423747 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 1º de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

36.2. Empréstimos contratados

Em 29 de janeiro de 2024, a Companhia captou junto ao Bank of América Merrill Lynch Banco Múltiplo S/A a importância de R\$100.000, correspondente a USD20.243 dólares americanos, com remuneração de 5,34% ao ano, com vencimento em 29 de janeiro de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,58% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2024.

Eduardo Alves Mantovani
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabio Lancelotti
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases 12 de março de 2024.

Eduardo Alves Mantovani
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabio Lancelotti
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Suplente

Diretoria Executiva

Eduardo Alves Mantovani
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabio Lancelotti
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4